

Guerra de imagens, imagens da guerra*

Carmen Rial**

Resumo

Revisito aqui duas incursões que fiz à análise da mídia, através dos artigos que se relacionam com o tema da mesa: “Japonês está para TV assim como mulato para cerveja – estereótipos raciais na publicidade brasileira” (Rial, 1995) e “Guerra de Imagens, imagens da guerra” (Rial, 2007), sobre os estupros no Iraque e seu quase silêncio na mídia, pois embora tratem de temas muitos diversos ambos apontam para as representações estereotipadas de diferenças sociais na mídia, no primeiro caso de raça, no segundo de gênero, etnia e religião.

Palavras-chave: Mídia, Publicidade, Gênero.

* Recebido para publicação em 26 de fevereiro de 2016, aceito em 08 de março de 2016. Este artigo é baseado em minha palestra no evento comemorativo aos 20 anos do Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, realizada em Campinas, 10 de setembro de 2014, Auditório do IEL. Mesa coordenada por Iara Beleli, a quem agradeço o convite.

** Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. carmenrial2@gmail.com

Revisito aqui duas incursões que fiz à análise da mídia, através dos artigos: “Japonês está para TV assim como mulato para cerveja - estereótipos raciais na publicidade brasileira” (Rial, 1995) e “Guerra de Imagens, imagens da guerra” (Rial, 2007), este último sobre os estupros no Iraque e seu quase silêncio na mídia. E embora tratem de temas muitos diversos ambos apontam para as representações estereotipadas de diferenças sociais na mídia, no primeiro caso de raça, no segundo de gênero, etnia e religião.

A análise de publicidades¹ – e de como elas acionam estereótipos de gênero, raça, geração – tem sido um tema bastante explorado na antropologia, desde o estudo precursor *Gender and Advertisements* de Goffman (1979). Para ficar apenas com alguns trabalhos importantes realizados na Unicamp, lembro o de Guita Debert, que analisou os estereótipos da velhice, em 2003, e o de Iara Beleli sobre as construções de gênero, sexualidade e raça na publicidade, em 2005. No Brasil, como apontou Debert, jovens aparecem mais nos anúncios, ficando os/as velho/as praticamente reduzidos a anúncios de seguros ou de convênios de saúde, ou simbolizando a solidão (como em anúncios de telefonia) e a incompetência (não conhecem um novo produto), ao contrário de outros países, europeus principalmente, onde aparecem plenamente inseridos na vida cotidiana. Com o passar dos anos, Debert notou mudanças nesse padrão: realizou um vídeo sobre a presença dos velhos na publicidade brasileira e nele aparecem algumas exceções, como o comercial de uma marca de margarina em que a “vovó” é flagrada pela família na cama com um desconhecido e se justifica dizendo: “nós vamos casar...”. Já Beleli (2007) buscou apreender “como a propaganda reifica ou desestabiliza noções de gênero e sexualidade percebidas como tradicionais”, analisando anúncios publicados em revistas de entretenimento e vencedoras de concursos de publicidade. E conclui que “a propaganda distingue categorias de pessoas e orienta modos de ser e viver, centrando sua eficácia na atenção que ela desperta no consumidor”.

¹ Publicidade e propaganda são usados aqui como sinônimos.

Iniciei o texto “Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil” (Rial, 1995) reconhecendo, como Goffman, os limites das análises de peças publicitárias e concordando com sua afirmação de que o sucesso de um estudo assim exigiria somente um pouco de “perversidade e astúcia, e um lote importante de fotografias”. Goffman vai mais além quando diz que as análises não são mais do que uma “reação puramente subjetiva”, saldo de uma “subjetividade flutuante”, o modelo resultado é “não representativo”, e que “pode-se dizer qualquer coisa de uma coleção de imagens”, pois “uma coleção deste tipo não prova nada sobre o social” (Goffman, 1979:36-37). E assim continua. Essas observações antecipam possíveis críticas e parecem autodefesas diante de colegas sociólogos preocupados com representatividade da amostra e uma objetividade extrema. Hoje soam datadas, pelo menos entre os que reconhecem a subjetividade como parte do método na antropologia. Embora devam ser consideradas, não impediram que o estudo de Goffman (1979) – e os das autoras citadas acima – tenham chegado a conclusões instigantes. Não há dúvida que a subjetividade esteve presente na leitura das imagens que escolhi para analisar – e poderia ser de outro modo?

Para além dos limites apontados por Goffman (1979), existem outros a serem considerados nas análises de imagens publicitárias e de textos da mídia em geral. Por exemplo, muito pouco pode ser deduzido acerca do efeito (ou “influência”, como preferem alguns) que essas imagens publicitárias têm ou poderiam vir a ter sobre outros leitores; e ainda menos sobre que se passa no mundo real, com as pessoas, nos seus comportamentos, práticas, estilos de vida e construções de subjetividades. Isso demandaria uma pesquisa de *recepção*, pois sabemos que imagens, e textos de modo geral – as imagens sendo uma forma possível de um texto, podem ser lidas diversamente por diferentes receptores (Eco, 1968). Acrescento, portanto, essa outra advertência: nos dois ensaios aqui evocados não há nada sobre a recepção, pois não estava interessada em analisá-la. Considero que esse é um campo bastante desenvolvido na América Latina –

especialmente na comunicação, bem menos na antropologia – e que estudos de recepção devam ser levados adiante, até para matizar conclusões de análises como as que aqui proponho.

Japonês...

O pressuposto do artigo “Japonês está para TV assim como mulato para cerveja – estereótipos raciais na publicidade brasileira” era a admissão da importância heurística da publicidade como um meio de entender imaginários sociais. Ou seja, a ideia de que os textos publicitários – compostos por signos icônicos e mensagens linguísticas (Barthes, 1964) – não resultam de absolutas arbitrariedades dos/as seus/suas autores/as. Ao contrário, são expressões de valores sociais mais do que “criações” absolutamente idiossincráticas individuais. Ou seja, reconhecia que a construção de um texto publicitário, como Barthes bem demonstrou na *Réthorique de l’image* de 1964, é sempre intencional.

A eleição ao acaso de um grande número de peças publicitárias não procurava alcançar uma legitimidade estatística, tornando sua interpretação mais persuasiva, pois sabemos que a análise de uma única imagem pode ser valiosa. Usei várias ocorrências do mesmo tema para mostrar não *a mesma coisa* como pregavam os frankfurtianos (Adorno e Horkheimer, 1969), que viam nos produtos da indústria cultural sempre o mesmo, enfatizando a *repetição*, mas para atentar para as diferenças sutis que o tema apresentava e os seus significados. Estava interessada em perceber as *variações nas séries* tal como propõe Umberto Eco (1988), o que se mostrou revelador das lentas, mas perceptíveis, transformações durante o período estudado.

A primeira constatação de minha leitura de anúncios televisivos no período (1994-1995 e 1998-2000) era previsível. Índios/as, negros/as, mulatos/as ficavam de fora da esmagadora maioria de nossas peças publicitárias. Os comerciais veiculados em rede nacional privilegiam brancos/as.

De fato, sabia disso antes de começar, pois numa entrevista sobre a globalização com um publicitário da MacCan-Erickson em São Paulo, ele tinha me dito que o principal empecilho à importação de textos publicitários norte-americanos não era de ordem legislativa, e sim o fato de os anúncios americanos incluírem quase sempre pretos/as em um padrão julgado inaceitável no Brasil. Isso obrigava as sucursais brasileiras das agências publicitárias a adaptarem os anúncios a um suposto racismo do consumidor brasileiro – os regravavam-nos branqueando-os.

Evidentemente, estava diante de valores étnicos/raciais diversos e era impossível não os relacionar com as ricas discussões nos Estados Unidos em torno da necessidade de se redesenhar o espaço social dando voz a minorias (étnicas, sexuais, e outras), que antes eram abafadas pelos representantes hegemônicos da nação. Vejamos rapidamente como se expressavam essas diferenças raciais nas publicidades brasileiras pesquisadas:

Índio/as foram quase totalmente esquecidos: apenas duas vezes observei sua presença, e nas duas tratava-se de caricaturas. No primeiro comercial, havia um “índio” (cocar, seminu) entre pessoas de diversos locais no mundo, que desciam correndo uma duna, atraídos pelo barulho dos chicletes Adams. No segundo, a caricatura era ainda mais grosseira. O “índio” era configurado seguindo convenções pictóricas do séc. XVI. Pele levemente escura, quase nu, rosto pintado de branco, andava aos pulos com as pernas abertas em arco, perseguindo um grupo desesperado de homens e mulheres brancos. Havia um caldeirão ao fundo que indicava: era um canibal. Os brancos se perguntavam por que não haviam pensado antes em adquirir um seguro Bamerindus... O riso era o objetivo do comercial e, para obtê-lo, se lançou mão de estereótipos colonialistas².

² As representações de índios na publicidade continua sendo caricatural. Um anúncio recente da rede de postos Ypiranga os mostra a cavalo, vestidos como índios de filmes norte-americanos, com lança na mão, cocares de penas e jaquetas e calças com franjas.

Já os/as pretos/as foram representados em comerciais em situações nas quais o corpo era o central: apareciam geralmente como força de trabalho – carregadores, motoristas, empregadas domésticas. Ou como mães. Eram trabalhadores: não havia pretos/as em comerciais de automóvel, mas eram mecânicos de revendedoras de pneu; não havia pretas como manequins anunciando roupas, mas lavando-as; não havia pretas comprando nos supermercados, mas cozinhando, e assim por diante.

As mulheres pretas, quando não estavam num trabalho doméstico, apareciam invariavelmente representadas ao lado de uma criança. A criança atestava sua condição de mãe, a maternidade sendo outra das imagens tradicionalmente ligadas à mulher preta no Brasil desde a escravidão e ao uso das negras como amas de leite para os brancos, amantes ou/e reprodutoras de força de trabalho escravo.³

Havia algum espaço para os pretos/celebridades – futebolistas, atores, cantores. Sendo 1994 um ano de Copa do Mundo, mas não apenas por isso – a grande maioria dos pretos aparecia em anúncios testemunhais, relacionados com o futebol. Eram bem conhecidos, celebridades da bola – o que não era novo, pois remonta as publicidades com Leônidas da Silva, o primeiro futebolista e o primeiro preto a fazer propaganda no Brasil, por ter vendido, em 1939, seu apelido *Diamante Negro* para a marca de chocolate Lacta, na que é considerada a primeira operação de marketing no país, em que o jogador recebeu um cachê de 2 ou 3 mil réis (cerca de 3 mil reais em 2015, diferentes fontes apontam diferentes valores na conversão). Na televisão brasileira, o primeiro preto em comercial foi o cantor Wilson Simonal, contratado pela Shell no final dos anos 1960.

³ Por exemplo, em um anúncio da Poupança da Caixa Econômica Federal, uma mulher preta, jovem aparecia ao lado de uma criança. A mesma campanha colocou no ar mulheres brancas, mas elas apareciam desacompanhadas. Dispensavam crianças, pois sua presença no espaço público não gerava suspeitas, como no caso das pretas e mulatas na rua.

Anúncios multiétnicos/raciais – como, mais tarde, os da Benneton (Finco, 1996) – não tinham espaço entre os que analisei. Os poucos pretos e mulatos só apareciam no que era ideologicamente considerado seus domínios – futebol, música, dança, bebida, comida. E com mais frequência um pouco antes, durante e logo depois da Copa do Mundo. Ou seja, o Brasil do cotidiano era mostrado com uma fronteira racial claramente definida. Porém, quando se tratava de representar a “nação brasileira”, os pretos/as entravam em cena misturando-se aos brancos. E a Copa do Mundo era um desses momentos. Como bem refletia a música de fundo usada no anúncio das sandálias Rider, filmado em Los Angeles em 1994 (Copa nos EUA) e em Paris em 1998 (Copa na França): “Chegou a hora dessa gente bronzeada mostrar seu valor” – “bronzeada” sendo uma metáfora conhecida para se referir a outras cores de pele que não a branca.

Quer dizer, a presença constante em momentos em que se evoca a nacionalidade e o expurgo sistemático do preto/a e do/a mulato/a da publicidade parece mostrar que o Brasil que se confronta com outros, esse era preto, branco e mulato; e o Brasil que vivenciamos todos os dias, que compra pasta de dente e refrigerante, nesse, o lugar dos/as pretos/as era o de trabalhadores braçais ou de estrelas futebolísticas e musicais.

Em outras palavras, no Brasil de todos os dias a publicidade brasileira estava imersa nas teorias racistas do início do século passado, bem expressas em uma quadrinha popular, citada por Freyre (1984): “Branca é pra casar, mulata pra fornicar, e negra pra cozinhar”. Não estávamos longe da classificação das raças segundo determinadas aptidões elaborada por Gobineau, na qual os/as negros/as aparecem como inferiores aos/as brancos/as nos itens de “intelecto” e “manifestações morais”, mas superam os/as brancos/as em “propensões animais”, o que, colocado em termos contemporâneos, seria maior capacidade física. Nos momentos especiais, quando o Brasil precisava se representar como uma nação, tínhamos a contraface dessas teorias, o pensamento mistificador de uma democracia racial, visão idílica de um encontro de raças.

E os japoneses? Se os mulatos/as/ pretos/as, apareciam sempre movendo o corpo em gestos amplos, japoneses/as eram representados numa quase imobilidade: mexiam a cabeça apenas. O comercial da Sharp é, nesse sentido, exemplar. Cinco cabecinhas japonesas aparecem na tela – o resto do corpo permanece invisível.

Japoneses/as e mulatos/as/ pretos/as apareciam assim em situações opostas no discurso publicitário. Mulatos/as/ e pretos/as são representados antes de tudo como corpo, um corpo com capacidade física superior ao do branco (dionisíaco se opondo ao branco apolíneo – como nos diz Freyre (1945:432) em outra passagem) e que ingressa em desvantagem numa hierarquia social na qual o valor maior está relacionado à razão. Por isso mesmo, quando a hierarquia social dominante se inverte em momentos ritualísticos como é o caso da Copa do Mundo (e poderia ser o do carnaval, que ficou de fora aqui), o/a preto/a e seu corpo se distingue.

Isso mudou nos últimos anos? Penso que sim, consequência previsível de uma atenção crescente à política de representação por parte de grupos organizados e do movimento social. Hoje seria difícil imaginar um comercial como o da Petrobrás – e termino esta parte com um anúncio da Petrobrás porque, pelos estereótipos raciais e de gênero que aciona, o considero um escândalo: o anúncio mostra um frentista que, ao abrir o capô de um caminhão, se depara com minúsculos homens musculosos, predominantemente mulatos e pretos, que aparecem no lugar das peças do motor. O frentista lhes pergunta “que óleo vai?”. A resposta é um primor de machismo (“o óleo tal, você pensa que nós somos mulherzinha?”). Em seguida, o de pele mais escura entre eles completava, com uma conotação sexual explícita: “Também, olha só o tamanho do pistão”, e a continuavam nas falas finais, cantando: “Em cabina pequena, sempre cabe uma morena”.

A invisibilidade dos estupros

Nesta segunda parte, gostaria de tratar de outro artigo, que integrou uma pesquisa mais abrangente sobre as imagens televisivas no pós 11 de setembro, na qual comparei as transmissões dos acontecimentos transmitidos globalmente e ao vivo por diferentes canais televisivos, nacionais e estrangeiros. Estarei, pois, tratando de uma leitura de imagens, enfocando especialmente relações de gênero, em um gênero, o jornalístico, que tem sido pouco abordado, porque em geral as análises das representações de relações de gênero na mídia têm privilegiado o cinema narrativo, as telenovelas e as publicidades seja por meio da metodologia que for: estudos de audiência, pesquisas de produção, análises de texto, etnográficas de tela, ou outras (Rial, 2004).

A cobertura jornalística do evento 11 de setembro é tomada aqui como um ponto de ruptura no *mediascape* (Appadurai, 1990), na medida em que instaura modos de lidar com as notícias guiados por interesses externos ao *campo jornalístico*. E isso, especialmente, nos Estados Unidos, onde se promulga o chamado *USA Patriotic Act*, acrônimo para **Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism**. O que me importa enfatizar neste texto é que essa lei de “segurança nacional” alterou profundamente as relações dos jornalistas com os acontecimentos, especialmente com guerras, pela instauração de censuras diversas e retirada de prerrogativas (como o direito dos jornalistas de acompanharem qualquer missão militar). Seria longo desenvolver aqui, mas não são poucos os que apontam a importância da divulgação das imagens da Guerra do Vietnã para o fim da guerra, o mesmo não tendo sido possível nas guerras norte-americanas posteriores.

Ulf Hannerz (1990) inicia um artigo que objetiva analisar o cosmopolitismo a partir da prática dos correspondentes de guerra com a pergunta “alguém aqui foi estuprada e fala inglês?”. A frase é uma citação da autobiografia do jornalista norte-americano Edward Behr, e, ironicamente, aponta a pressa de jornalistas

enquadrados no que se costuma chamar de sensacionalismo. Lendo-a, se poderia pensar que os estupros de guerra fossem notícias recorrentes. Bem ao contrario, eles se constituem em um dos grandes silêncios da mídia.

A guerra⁴

O binômio mulher e guerra não remete exclusivamente ao rapto, como em muitas sociedades tradicionais, mas também ao casamento e à domesticidade forçada, à troca de favores sexuais por proteção ou bens necessários à sobrevivência, à prostituição obrigatória e ao estupro⁵, tal como observados em diversas situações, tempos e em regiões do mundo tão diversas quanto

⁴ Tratarei basicamente de guerras em sociedades moderno-contemporâneas. A bibliografia antropológica sobre a guerra em sociedades tradicionais é extensa. Há menos desses estudos por antropólogos em sociedades complexas moderno-contemporâneas – o fabuloso *On War*, de Carl Von Clausewitz (1982), livro clássico sobre guerra, insere-se no campo da sociologia política –, mas é preciso assinalar que etnografias foram apropriadas por Estados em guerra, sejam a revelia de seus autores (Condominas, 1957) ou com sua concordância (Benedict, 1972). A ponto de, reconhecendo a ameaça dessa apropriação e suas consequências nefastas para as populações etnografadas, a respeitada Associação Americana de Antropologia (AAA), em uma de suas reuniões que coincidiram com a guerra no Vietnã, sugeriu aos seus associados medidas para evitar que os conhecimentos etnográficos sobre o Vietnã e o Camboja pudessem vir a ser usados contra as populações daqueles países.

⁵ Entendemos estupro aqui tal como é definido em um relatório das Nações Unidas: “a introdução pela força, pela imposição ou violência de um objeto qualquer, entre os quais, mas não exclusivamente, um pênis na vagina ou no ânus da vítima, ou um pênis na boca da vítima, esta podendo ser tanto em um homem como uma mulher” (Coomaraswamy, Radhika 1998, tradução minha). Desse modo, estupro refere-se aqui ao que em inglês se diz *rape* e em francês *viol*. Não corresponde, portanto, à noção jurídica brasileira de estupro (artigo 213 do Código Penal) segundo a qual estupro é “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, mas em que está prevista a introdução do pênis na vagina, desconsiderando outras formas de violação, como a introdução de outros objetos na vagina ou do pênis, no ânus ou na boca. Essas outras formas de agressão sexual são consideradas pelo Código Penal como “atentado violento ao pudor” (artigo 214).

Uganda, Libéria, Angola, China, Coréia e América Latina. O livro de Karima Guenivet (2001) fornece inúmeros exemplos de constrangimentos afligidos às mulheres em situações de conflito armado, em diferentes momentos históricos e contextos culturais. Em Angola, jovens raptadas são dadas em casamento aos rebeldes, como retribuição às suas contribuições ao combate; se o combatente morre, a jovem é casada com um outro e assim por diante. Grupos rebeldes, como o Sendero Luminoso, na América Latina, utilizariam as mulheres para cozinhar, cuidar dos feridos e lavar a roupa. Elas podem também ser constrangidas a contribuir sexualmente ao “esforço de guerra”, prostituindo-se – uma prostituição forçada em que, diferentemente da escravidão sexual, o combatente se torna um proxeneta e ganha dinheiro que será reinvestido na guerra.

Se por um lado não há novidade no fato de as mulheres continuarem sendo objeto de agressões por parte dos inimigos (e também dos aliados), por outro, é uma extraordinária novidade o seu recente protagonismo na luta. Os estudos realizados sobre guerras entre nações e conflitos armados mostram a ascensão das mulheres ao palco de luta, não mais como butim e sim integrando e dirigindo exércitos. Inicialmente como enfermeiras, para depois pegar em armas, como quando de sua participação na luta armada da esquerda em alguns de países na América Latina (Wolff, 2006), incorporando-se em exércitos nacionais (o de Israel, muito cedo) dirigindo prisões (Eisenstein, 2004), como mártires em atentados a bomba (na Palestina e na Chechênia) ou em cargos de chefia (Ministra da Defesa na França e no Chile, Ministra de Segurança Nacional nos Estados Unidos).

O estupro

Também não é um fato novo os estupros de guerra, nem a sua alta frequência. Porém, o que espanta é o grande silêncio em torno do tema, mesmo quando se trata de estupros perpetrados por homens em uniformes conhecidos e próximos, como os do exército norte-americano, ocorridos no Iraque. Estupros nessas

circunstâncias só aos poucos estão sendo denunciadas, ainda assim em relatórios pouco lidos das Nações Unidas, livros e artigos acadêmicos, muito mais do que no *mediascape* (Appadurai, 1990).

Durante a Primeira Guerra Mundial, os soldados alemães utilizaram o estupro, entre outras atrocidades, para impor terror às populações locais.⁶ Apesar de terem sido apontados estupros em massa de mulheres francesas e belgas, “no interesse da diplomacia na Europa” (Tescari, 2005:40), esses atos nunca foram a julgamento. Durante a Segunda Guerra Mundial, a utilização do estupro foi corrente, na França, na Rússia e nos outros territórios ocupados. Porém, esses atos foram divulgados de maneira maniqueísta, negando-se terem sido praticados pelos dois campos, pelos países do Eixo tanto quanto pelos países aliados. Tanto é assim que estima-se que entre vinte e cem mil mulheres tenham sido violadas quando da tomada de Berlim pelos soviéticos em 1945.⁷

Muitos estupros cometidos por soldados nazistas contra mulheres judias ficaram na obscuridade, pois, dada a lei para Proteção do Sangue e da Honra Alemães promulgada em 1935, era vedado o contato entre alemães e judias. Já, entre os aliados, o ato chegou a ser oficializado, pois, nos contratos dos mercenários marroquinos que lutaram no exército francês na Itália, era explicitamente dada a permissão para pilhar e estupro em território inimigo (Tescari, 2005:46).

O estupro e a escravidão sexual foram correntes também na Ásia, e até hoje aguardam reparação as mais de duzentas mil chinesas, coreanas, filipinas, malaias, indonésias, tailandesas, birmanas, mulheres da então Nova Guiné, de Hong Kong e de Macau, que serviram como “*comfort women*” para os integrantes

⁶ “...durante a invasão da Bélgica, as agressões sexuais cometidas por soldados alemães foram tão frequentes que levaram à conclusão de que foram não somente toleradas pelos oficiais, mas encorajadas” (Tescari, 2005:39).

⁷ Pouco se sabe sobre esses estupros, pois “a maior parte dos depoimentos disponíveis é oriunda dos julgamentos de Nuremberg, no qual somente as potências do Eixo foram julgadas” (Tescari, 2005:29).

do exército japonês. O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, estabelecido pelos aliados em Tóquio para julgar os criminosos de guerra, julgou 28 casos de estupro e pela primeira vez estabeleceu “o estupro como um crime de guerra. Comandantes foram considerados responsáveis por agressões sexuais cometidas por soldados sob seu comando”, mas não se considerou nenhum caso de *comfort women* (Tescari, 2005:46).

No caso mais trágico, que ficou conhecido como “the rape of Nanking”, cerca de vinte mil mulheres foram estupradas e mutiladas em Nanking durante o primeiro mês de ocupação japonesa na China, em dezembro de 1937 (Tescari, 2005:41). O modo encontrado então pelo governo japonês para evitar novos estupros em massa foi estabelecer prostíbulos nos territórios ocupados, recrutando prostitutas, mas também mulheres enganadas por promessas de trabalho, raptadas ou coagidas, que eram assim estupradas diariamente (Coomaraswamy, 1998).

Os japoneses não foram os únicos a adotar essa prática. Os americanos, durante a Guerra do Vietnã e antes no Japão, estabeleceram bordéis para os militares, incentivados pelo Pentágono. Isso se somava à violência sexual cometida pelos soldados americanos de modo generalizado no Vietnã, onde, segundo testemunho de veteranos, “o estupro de vietnamitas era ‘procedimento operacional padrão’” (Tescari, 2005:48).

Durante a guerra de independência, em Bangladesh em 1971, entre 250 e 400 mil bengalesas teriam sido violadas por soldados paquistaneses, das quais, cerca de 30 mil engravidaram (Nações Unidas, 1995); na Indonésia, o esporte favorito dos soldados mobilizados no Timor era violar as mulheres diante de seus maridos e de seus filhos (Guenivet, 2001:46).

Durante a invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, calcula-se que mais de cinco mil kuwaitianas tenham sido violadas (Nações Unidas, 1992). Na Nigéria, outras mulheres conheceram o mesmo massacre em nome da Jihad (Guenivet, 2001:12). Na luta pela independência de Moçambique, em meados dos anos 1970, mutilações e violências sexuais cometidas pelos guerrilheiros aterrorizaram a população civil; mulheres foram raptadas,

escravizadas e tiveram filhos de seus algozes. Na Libéria, as agressões sexuais da guerra civil iniciada em 1989 são ainda praticadas; em Serra Leoa, soldados do governo e rebeldes têm raptado e escravizado sexualmente mulheres e meninas, e médicos estimam que cerca de 80% delas contraem doenças sexualmente transmitidas (Nações Unidas, 2002, Tescari, 2005:4). Na República de Ruanda (onde as estimativas de mulheres estupradas variam entre 15 mil e 500 mil), no Congo, na República da Guiné, no Timor Leste e no Timor Oeste... Os casos se sucedem em um interminável rosário de atrocidades raramente denunciadas na mídia.

O estupro de mulheres tornou-se arma de guerra. Foi assim na Guerra dos Balcãs, onde pela primeira se teve conhecimento de um projeto estatal incentivando o estupro como um projeto de “limpeza étnica”, inicialmente denunciado por Roy Gutman (1992). De fato, a guerra na ex-Iugoslávia ensinou ao mundo que o estupro poderia ser não apenas o “repouso” e o butim do guerreiro – o que já é, em si, insuportável –, mas se tornar objeto de um programa sistemático, constituindo-se numa arma de guerra e um elemento de uma estratégia militar desejada, consciente e determinada. Assim como Gutman, a antropóloga francesa Véronique Nahoum-Grappe (2003) tem refletido sobre esses estupros e mostrado que a violação sistemática constitui hoje um dado novo e inaceitável:

Às atrocidades “habituais” cometidas por todos os exércitos do mundo (violações, torturas, pilhagens...), o regime de Milosevic acrescentou a violação organizada em campos previstos para esse efeito, e de acordo com modalidades precisas (Nahoum-Grappe, 2003:32).

No caso dos estupros perpetrados nos conflitos da ex-Iugoslávia, o objetivo era bem preciso: apagar a linhagem natural da população perseguida, introduzindo o sangue estrangeiro conquistador sob a forma de uma criança que a mulher não desejou e que não pode suprimir. Trata-se no sentido estrito de apagar uma linhagem fazendo na mulher a criança do inimigo.

Nos “campos de violação”, como ficaram conhecidos os locais onde esse crime era perpetrado de modo sistemático, tratava-se de conservar a mulher violada em vida e de impedi-la de abortar. Elas eram mantidas prisioneiras ali até atingirem os seis meses de gravidez (Guenivet, 2001), num genocídio de uma nova espécie, e paradoxal, no qual se busca matar uma identidade não apenas pela exterminação direta, mas também e sobretudo preservando a vida da vítima mulher.

Voluntários ou forçados, os torturadores de Milosevic aplicaram escrupulosamente esse princípio. Tratava-se, por meio da violação política, não somente “serbacisar” o sangue não sérvio, mas também destruir a identidade e a honra das populações visadas, sujando o que elas tinham como o mais caro⁸. “O violador diz à mulher Bósnia que viola: ‘Terás uma criança sérvia’” (Tescari, 2005:16). Como os fascistas espanhóis que pichavam sobre os muros: “Morreremos talvez, mas as vossas mulheres darão nascimento a crianças fascistas!” (Nahoum-Grappe, 2003).

Num caso como no outro, o estupro é uma mensagem dos vencedores aos vencidos. Desse modo, se novidade há nos estupros de guerra é o fato de essa agressão ser usada politicamente, a sua “estatização”, o fato de serem geridos por autoridades militares. Esse tipo de violação tem uma intenção perfeitamente genocida – e é assim exatamente porque não se mata. Ele atinge diretamente a mulher estuprada, e gera vítimas indiretas, pois atinge a honra de toda a família, ou mesmo da nação.

Estupros por parte de militares ocorreram e se efetuam também em lugares mais próximos de nós. Durante as ditaduras militares na América Latina, nas décadas de 1970 e 80, o estupro

⁸ No dia 27 de junho de 1996, pela primeira vez na história, o tribunal penal internacional da Haia qualifica a violação contra as mulheres cometida em tempos de guerra como “crime contra a humanidade” na sequência do processo de Foca. Véronique Nahoum-Grappe, antropóloga do Centro de Estudos Transdisciplinares (CETSAH), trabalhou sobre os lugares do genocídio e testemunha sobre esses novos crimes de guerra.

era uma das práticas de tortura sistemática e as agressões sexuais não se restringiam às mulheres – também homens militantes de esquerda foram metodicamente estuprados e até castrados. O silêncio em relação às agressões sexuais envolvendo homens foi e é ainda maior do que os estupros implicando mulheres, como se, nesses casos, a vergonha da vítima fosse ainda maior, e é significativo que, entre os numerosos estupros de homens que se imagina terem ocorrido, só tenha vindo a público o caso de um padre – ou seja, de um homem, porém, sem uma honra viril a exibir.⁹ Com a militarização de Chiapas a partir de 1995, têm sido denunciados frequentes estupros da parte das tropas governistas contra populações indígenas.

Lá como aqui, estamos inseridos em lógicas de honra e nas quais muitas vezes as vítimas impõe-se um silêncio constrangido, pois revelar sua vitimização poderia ser insuportável para os seus companheiros de esquerda, eles também compartilhando os mesmos códigos de honra e virilidade dos torturadores.¹⁰ Um caso cabal de não imagem, de silêncio no *mediascape*; mas também aí não há novidade.

Difícil entender esse silêncio no *mediascape*, dado os intensos fluxos de informações contemporâneos; um silêncio que contrasta com a ampla divulgação de imagens e narrativas de torturas na prisão de Abud Grahib ou com a divulgação (não tão ampla) das torturas no campo de concentração de Guantânamo. Nos dois casos, quando de caráter sexual, foram tratadas sob o termo menos contundente de “humilhações”. Difícil de compreender o silêncio, não fosse ele perversamente o eco do

⁹ Sobre a participação das mulheres na luta armada no Brasil, ver Wolff (2006); Goldenberg (1997); Costa et al.(1980).

¹⁰ Gabeira (1980a, b). Agradeço a Miriam Grossi por esse (e outros) comentários a este artigo. Como mostra Wolff, a propósito das relações e gênero entre guerrilheiros e guerrilheiras, “o fato de os homens começarem a ajudar na cozinha, renunciando a um dos símbolos máximos de seu papel de ‘macho’, e de as mulheres começarem a ter uma sexualidade mais livre, não alterava tão significativamente assim as relações de poder entre homens e mulheres” (Wolff, 2008:128, tradução minha).

silêncio das próprias vítimas. O silêncio parece ser o escudo dos estupros e sua dupla violência, pois ao abuso físico soma-se a autculpabilização da vítima, fazendo com que prefiram, elas também, o silêncio protetor dos estupradores.¹¹

Ou seja, tudo se passa no silêncio e no anonimato, bem ao contrário do que ocorreu com a célebre afro-muçulmana Mina, quando os ocidentais foram clamados, em campanhas humanista em sua defesa com ampla repercussão no *mediascape*, a salvá-la da brutalidade dos homens afro-muçulmanos prontos a lapidá-la, tendo assim seu nome e sua história amplamente difundidos.

Não é portanto o estupro que é silenciado, mas alguns estupros. Bem ao contrário, o *tropos* do estupro (e do resgate) foi calcado no imaginário ocidental pelo cinema, desde os seus inícios: *O nascimento de uma nação*, *O último dos moicanos*, *Ao rufar dos tambores*, *Rastros de ódio* apresentam todos cenas onde mulheres são ameaçadas de estupro e resgatadas das mãos de homens negros. Como bem mostram Ella Shohat e Robert Stam:

no âmbito do discurso colonial, o *tropos* do resgate ocupa um lugar estratégico em relação à batalha da representação. O imaginário ocidental não apenas vê metaforicamente a terra colonizada como a mulher que deve ser resgatada da sua desordem mental e da desordem do meio ambiente, mas prioriza narrativas de resgate mais literais, sobretudo de mulheres ocidentais e não ocidentais sob o domínio de árabes polígamos, negros libidinosos e “machos” latinos (Shohat; Stam, 2006:63).

Ou seja, não são todas as mulheres em risco de serem estupradas e merecedoras de resgates. As mulheres orientais não necessitam salvação, pois são vistas e retratadas como

¹¹ Isso quando não há uma reversão total do significado do ato, com os estupradores passando a ser vistos como heróis, como ocorreu com os jogadores de futebol do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, presos por estupro na Suíça, na década de 1980, e recebidos como heróis em Porto Alegre depois de obterem a liberdade (Rial e Grossi, 1987).

apresentando um enorme apetite sexual¹², o que torna o estupro impossível:

A dicotomia quente/frio sugere três axiomas interdependentes em relação à política sexual do discurso colonial. Em primeiro lugar, acredita-se que a interação sexual entre homens negros e árabes e mulheres brancas *somente* pode acontecer através do estupro (visto que, naturalmente, mulheres brancas não desejam homens negros ou árabes). O segundo axioma afirma que a interação sexual entre homens brancos e mulheres negras ou árabes *não pode* resultar em estupro (pois mulheres negras ou árabes são naturalmente “quentes” e desejam o senhor branco). Finalmente, a terceira premissa sustenta que a interação entre homens e mulheres de descendência negra ou árabe não pode resultar em estupro visto que ambos são “quentes” por natureza (Shohat; Stam, 2006:63-4).

Os estupros na guerra do Iraque

Quem ouviu falar do estupro de uma inglesa quando de sua visita a parentes em Bagdá? Ou do estupro de uma menina de apenas nove anos perpetrado por soldados norte-americanos (ou por mercenários do exército norte-americano)? Há dezenas de narrativas, a maioria proveniente das próprias mulheres estupradas no Iraque, com descrições detalhadas das agressões e precisões dos abusos sexuais, em relatórios de observadores das Nações Unidas e de ONGs (como a Cruz Vermelha e a *Human Rights Watch*) que, estranhamente, permanecem ausentes do tão loquaz *mediascape*. Muitas das mulheres iraquianas (árabes e muçulmanas) estupradas por homens ocidentais, no entanto, não têm nome, não se fala das atrocidades cometidas contra elas e seus algozes permanecem incógnitos embora vistam uniformes com insígnias reconhecíveis. A violência contra as mulheres nos conflitos armados aparece como uma preocupação restrita a uma

¹² “Em uma cena do filme *O Sheik*, mulheres árabes – algumas delas negras – literalmente lutam para conquistar o homem oriental” (Shohat; Stam, 2006:63).

parte bem localizada da comunidade internacional, próxima do ideário do movimento feminista.

A mídia eletrônica e impressa cala, com fugazes exceções. A revista norte-americana *Newsweek*, em maio de 2004, revelou e forneceu precisões sobre a existência de fotos mantidas em segredo que incluem “um soldado americano fazendo sexo com uma prisioneira iraquiana, e soldados norte-americanos assistindo a iraquianos terem sexo com jovens homens”. Essas fotos teriam sido vistas pelos congressistas americanos quando das investigações iniciais do escândalo dos abusos de Abu Ghraib. Consideradas mais impróprias do que as das outras torturas, não foram abertas a imprensa.

Ora, o material que usei na pesquisa sobre os estupros no Iraque estava disponível para qualquer um que quisesse acessá-lo na internet. As fotos (sim, há fotos desses estupros) circularam no espaço cibernético, difundidas a partir de sites pornográficos localizados na Hungria e nos Estados Unidos. Eu as acessei através do site de um servidor bem conhecido, o AOL, que manteve o link no ar por um dia antes de retirá-lo, mas elas foram publicadas também no site de um jornal antiamericano do México, *La Voz de Aztlan* (Cienfuegos, 2004), no dia 6 de maio de 2004. E republicadas no *The Boston Globe*, jornal do grupo New York Time, no dia 12 de maio de 2004 – e quase imediatamente desacreditadas pelo editorial de Martin Baron, que considerou sua publicação um erro por não terem sido “autenticadas pelas autoridades norte-americanas”.

Conforme lemos nas matérias desses jornais, centenas dessas e de outras horríveis fotos de estupro circularam no Iraque, entre os soldados ocidentais, trocadas como se fossem inocentes *baseball cards*, figurinhas de jogadores de baseball.

O que vemos nas seis fotos? Como analisá-las?

Uma das fotos mostra o estupro de duas mulheres vestidas de preto cometido por três homens com uniformes de soldados norte-americanos, um dos soldados seria reconhecível como da inteligência norte-americana e ou outros dois como soldados mercenários a serviço do exército dos Estados Unidos no Iraque,

segundo o jornal. Portanto, os estupros foram realizados por, no mínimo, quatro pessoas: os três homens que aparecem na imagem e uma quarta pessoa, que bateu a foto, a uma distância muito próxima por se tratar possivelmente de uma câmera digital.

Minha primeira observação, o que primeiro me fere – o *punctum*, diria Barthes (1981) –, é a absoluta serenidade emocional dos homens, revelada por suas posturas corporais. Estão calmos, controlados, como se estivessem realizando uma tarefa burocrática. Não se trata aqui, portanto, de soldados tornados momentaneamente insanos pelo álcool, pela onipotência e ou pela impunidade garantida; não se trata do estereótipo disseminado que associa o estupro aos impulsos dos soldados sexualmente frustrados por uma longa abstinência sexual. Há uma tranquilidade bizarra nos seus gestos, uma sobriedade que contrasta fortemente com o desespero registrado no rosto das mulheres. E que contrasta também com a satisfação sádica que líamos nos rostos dos soldados que torturavam em Abu Ghraib. Aqui, ao contrário, não há irrupção de uma irracionalidade extática, a libido não parece ter se apossado de seus corpos; há moderação, refreamento. O foco permanente preciso, vemos o contorno dos seus corpos, como se os movimentos fossem comedidos e econômicos. Essa indiferença que beira o aborrecimento me interpelou agudamente, causando uma estranheza profunda. Ela contrasta com o desvairado sofrimento das mulheres, cabelos desalinhados, olhos semiabertos, boca escancarada.

Minha segunda observação nas fotos a que tive acesso é a proximidade dos corpos masculinos, a relação homoerótica que se estabelece ali. Na primeira foto, vemos dois homens em pé, um em frente ao outro, a mulher agachada entre eles, a mão de um deles segurando a cabeça da mulher contra o sexo do outro homem. Essa proximidade aparece igualmente em outras fotos. Na segunda foto, de novo, a mão de um homem segura a cabeça da mulher contra o sexo de outro homem. Enquanto na foto que numerei como seis, um dos homens penetra a mulher por trás, outro a obriga a fazer sexo oral com a ajuda das mãos de um

terceiro. O ritmo do primeiro, cada vez que a penetra, repercute no segundo e no terceiro. O corpo objetivado da mulher é mediação de uma relação homoerótica entre eles.

Um terceiro ponto que convém ressaltar nas fotos concerne um detalhe que me intrigou por muito tempo: por que nas fotos que encontrei de mulheres estupradas elas estão sempre vestindo preto? A pergunta seria irrelevante para um país onde a religião muçulmana predominasse. Mas não era o caso. O Iraque, antes da invasão norte-americana, era um Estado laico. As mulheres eram livres para usarem trajes, muitas eram formadas em universidades e ocupavam postos importantes na academia de ciências e no governo, sendo o porte do véu e do *chador* pouco comum durante o regime ditatorial de Sadam Hussein. Então, por que as mulheres estupradas eram sempre escolhidas entre as muçulmanas mais ortodoxas?

Os relatos das vítimas que li nos relatórios das Nações Unidas e de agentes de ONGs não explicavam muito. Eles indicavam que nos estupros a escolha da vítima parecia ter sido feita ao acaso: por exemplo, a mulher que seria vítima de estupro estava conversando com outras mulheres na porta de sua casa, era abordada por soldados em uniforme, os soldados a raptavam na frente das outras mulheres e partiram em um jipe do exército, sem explicações. As mulheres desapareciam por algumas horas ou por dias e depois, **se** retornavam, vinham feridas e com marcas de tortura.

Por que então a escolha das mulheres vestidas com o *chador* nas fotos?

As hipóteses a que cheguei também não me contentaram plenamente. Poderia ser uma coincidência fundada na precaução de não serem apanhados: os soldados prefeririam sequestrar mulheres nos bairros populares, de periferia, por serem áreas menos vigiadas pelas forças de segurança, exatamente onde as que usam o *chador* estão mais presentes.

Seria porque era mais fácil raptá-las do que no centro de Bagdá, teoricamente sujeito a um maior controle? Ou será que a escolha se devia ao fato dessas mulheres, por serem provenientes

de famílias ortodoxas, presumivelmente seriam mais submissas, se calariam temendo as represálias dos homens da família? Sabe-se que em sistemas fundados em códigos de honra masculinos, as mulheres estupradas podem vir a ser sacrificadas pelos próprios familiares, muitas preferindo cometer o suicídio, e fornecendo assim uma garantia maior de segurança para os seus algozes.

Essas suposições, fundadas em uma lógica de ordem prática, não me eram suficientes, não pareciam, de fato, justificar a escolha. Foi só mais tarde que percebi que os estupradores precisavam dessa roupa, marca religiosa e étnica, para localizar o seu ato sádico. O *chador* funcionava aqui como símbolo do Iraque, marca diacrítica de identidade cultural. Antes de tudo, o traje preto servia para territorializar o estupro. Tinha assim uma função próxima das torres de mesquita, ou as palmeiras e plantas exóticas, usadas pelos jornalistas estrangeiros no Iraque como fundo nas suas reportagens ou os coletes beges cheios de bolsos *a la* Indiana Jones, que vestem para indicar que estão em países do Terceiro Mundo, poeirentos, de uma natureza excessiva, perigosos. O *chador*, somado ao uniforme dos soldados, localiza o estupro: trata-se de um ato de guerra, em um país árabe – religião e etnia sendo aqui, como em muitas outras vezes, confundidas.

Ok. O preto da roupa das mulheres e o uniforme fazem do estupro um ato de guerra. Ainda assim, caberia perguntar: o que ganham os estupradores estabelecendo essa violência como um estupro de guerra? E o fotografando?

A roupa preta, muçulmana, atribui ao estupro o seu caráter único, o seu *hic e nunc*. Não se trata de um estupro qualquer (se é que é possível pensarmos nesses termos em relação a uma violência tão aguda), cometido em uma rua deserta ou mesmo no interior do espaço doméstico, como os milhares que ocorrem diariamente no mundo hoje. O *chador* transforma a foto em algo único, um troféu, e com isso lhe acrescenta valor. Tudo se passa como se, por não se tratar de um estupro qualquer, por sua raridade, o ato ganhasse valor no campo dos bens simbólicos (Bourdieu, 1974). Um valor que não é apenas simbólico, mas também de troca, uma vez que no sórdido mercado semelhante

ao dos *snuffs* (filmes de assassinatos reais) essas fotos ganham valor ao serem assim identificadas. A Guerra do Iraque torna as fotos simbolicamente mais carregadas de sentidos e, conseqüentemente, economicamente mais lucrativas. Tornam-se um bem com valor econômico.

Outra conseqüência não menos perversa da veiculação nos sites pornográficos é a renovação perpétua da violência sofrida fisicamente. Sim, pois a cada acesso aos sites essas mulheres são novamente vítimas do estupro, agora de modo virtual, um estupro voyeurístico cometido pelos milhares de receptores ativos das imagens. E como as imagens são disponibilizadas em sites de acesso pago, as mulheres continuam a trabalhar para os seus algozes, tal qual o gênio da lâmpada de Aladim na evocação precisa de Leach (1980).

A foto-troféu é lembrança do triunfo sexual, de um poder fálico absoluto, numa relação de substituição. E, mais do que isso, é troféu que, *ad infinitum*, multiplicando os estupros, multiplica as vitórias na forma de dinheiro e de prestígio, pois, não nos esqueçamos, elas circulam entre os soldados como figurinhas raras de beisebol.

O sacrifício

Mas, e as mulheres estupradas, por que se suicidavam, como constava em alguns dos relatórios?

Entendo o suicídio das mulheres iraquianas como um *sacrifício*, no sentido antropológico do termo atribuído por Leach (1980:312-6), no qual o ato de *sacrifício* serve para limpar o sacrificador da sujeira na qual se encontra momentaneamente. Como todo sacrifício, esses suicídios apresentam os elementos de uma operação que purifica, que purga o imundo, que extirpa o que contamina. Quando a sujeira penetra de modo profundo, como a que atingiu essas mulheres, quando é incorporada, é o seu próprio corpo que tem de ser dado ao sacrifício.

Honra, sacrifício. É sobre esse imaginário que o feminismo, enquanto cosmopolítica libertária, deve agir, sabendo, no entanto,

que não conta com a cumplicidade dos meios de comunicação, pois, ainda que o *mediascape* seja fragmentado e lugar de lutas políticas identitárias de representação, ele encerra grandes silêncios. O estupro no Iraque, estupro em guerras, é apenas um dentre eles.

Pós-escrito

Escrever sobre temas da atualidade revela-se uma tarefa especialmente difícil pelo constante movimento dos acontecimentos. Ainda que tenha tentado manter atualizado o texto acima, alterações importantes ocorreram desde a data do final de sua escritura, em 2005.¹³ A mais significativa, certamente, foi a condenação do grupo de soldados americanos (Steven Green, James Barker e Paul Cortez) que participaram do estupro de Abeer Qassin al-Janabi, uma menina de 14 anos, posteriormente assassinada junto com sua família na cidade de Mahmudiya, ao sul de Bagdá.¹⁴ O julgamento desses soldados americanos recebeu cobertura mundial, o que incluiu uma aparição no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, sob a manchete estridente de uma condenação exemplar de 100 anos de prisão. O que não foi dito é que, por um acordo prévio, o estuprador condenado à pena centenária não ficará mais do que 10 anos

¹³ Contrariando a tradição de silêncio, duas mulheres sunitas revelaram na TV iraquiana seus estupros por soldados xiitas na zona militar controlada pelos americanos e pela polícia iraquiana Harith al-Dhari, cabeça da Associação Sunita de Escolas Muçulmanas, revelou conhecer centenas de casos de estupro que não foram a público nos últimos dois anos: “As famílias das vítimas estão preocupadas com sua honra e reputação, então elas se preservam e oram para que deus um dia as vingue”, disse à televisão iraquiana Al-Sharqiya” (<http://www.estadao.com.br/ultimas/mundo/noticias/2007/fev/23/86.htm>).

¹⁴ “O prefeito iraquiano, Sr. Fadhil, disse que o corpo da vítima de estupro, Abeer Qasem Hamzeh, tinha múltiplos ferimentos de balas e queimaduras. Sua irmã, Hadeel, foi baleada na cabeça, disse ele, lendo um informe do hospital; seu pai, Qasem Hamzeh Rasheed, que estava perto de seus 45 anos, sofreu trauma craniano; e sua mãe, Fakhariya Taja Muhassain, foi baleada várias vezes (Cloude Semple, 2006, tradução de Maria Isabel de Castro Lima).

recluso e que a “prisão” é, de fato, uma base militar onde possivelmente ele poderia estar morando se continuasse a prestar o serviço militar. Seja como for, vítimas (e algozes) finalmente começam a ter nomes. A denúncia desses estupros no *mediacape*, porém, permanece eventual e fugaz.

Referências bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: FEATHERSTONE, Mike (ed.). *Global Culture*. Londres, Sage Publications, 1990, pp.295-310.
- BARTHES, Roland. Rhétorique de l'image. *Communications*, vol.4, nº1, Paris, 1964, pp.40-51.
- BELELI, Iara. Marcas da diferença na propaganda brasileira, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 2005.
- _____. Corpo e identidade na propaganda. *Revista Estudos Feministas*, vol. 15, nº1, Florianópolis, 2007, pp.193-215.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- _____. *Sur la télévision*. Paris, Liber Éditions, 1996.
- CIENFUEGOS, Ernesto. Rape of Iraqi Girls by US Mercenaries and Soldiers was Rampant in Baghdad, 2004. [http://www.aztlan.net/iraqi_women_raped.htm].
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Londres, Penguin Classics, 1982 [1832].
- CLOUD, David S.; SEMPLE, Kirk. Ex-G.I. Held in 4 Slayings and Rape in Iraq. *New York Times*, 4 jul. 2006.
- CONDOMINAS, Georges. *Nous avons mangé la Forêt*. Paris, Mercure de France, 1957.
- COOMARASWAMY, Radhika. United Nations. Report of the Special Rapporteur on Violence against Women, its Causes and Consequences. *Doc. E/CN.4/1998/54* (26 jan.1998).

- COSTA, Albertina de Oliveira et alii (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- DEBERT, Guita. O Velho na Propaganda. *cadernos pagu* (21), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2003, pp.133-156.
- ECO, U. *Obra Aberta*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1968.
- _____. L'innovation dans le sériel. *Les Cahiers de Philosophie*, n°6, Paris, 1988.
- EISENSTEIN, Zillah. Sexual Humiliation, Gender Confusion and the Horrors at Abu Ghraib, 2004. [<http://www.peacewomen.org/news/Iraq/June04/abughraib.html>] – acesso em: dez. 2004].
- FINCO, Henrique. O Paradoxo Benetton: um estudo antropológico da publicidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), PPGAS, UFSC, Florianópolis, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, vol.1, 1945.
- _____. *Casa Grande e Senzala*. 23ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980a.
- _____. *O crepúsculo do macho: depoimento*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Codecri, 1980b.
- GOFFMAN, Erving. *Gender Advertisements*. Londres, Macmillan, 1979.
- GUENIVET, Karima. *Violences sexuelles: la nouvelle arme de guerre*. Paris, Éditions Michalon, 2001.
- GUTMAN, Roy. The Rapes of Bosnia: We Want to World to Know – Systematic Assault on Thousands of Muslims. *Newsday*, 2 ago. 1992.
- LEACH, Edmund. La nature de la guerra. *L'Unité de l'homme*. Paris, Gallimard, 1980, pp.299-320.
- NAHOUM-GRAPPE, Véronique. *Du reve` de Vengeance à la haine politique*. Paris, Buchet/Chastel, 2003.

- RIAL, Carmen. Japonês está para TV assim como mulato para cerveja: imagens da publicidade no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, vol.1, n°8, Florianópolis, 1995, pp.1-17, [<http://apm.ufsc.br/files/2011/07/08-japones.pdf>].
- _____. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. *Antropologia em Primeira Mão*, vol.9, n°74, 2004, pp.4-74.
- _____; GROSSI, Miriam. Os estupradores que viraram heróis. *Mulherio*, vol. 32, 1987, pp.3-4.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação*. São Paulo, Cosac Naify, 2006.
- TESCARI, Adriana S. *Violência sexual contra a mulher em situação de conflito armado*. Porto Alegre, Sérgio A. Fabris Editor, 2005.
- UNITED NATIONS. Report of the Special Rapporteur on the Situation of Human Rights in Kuwait under Iraqi Occupation. Doc. E/CN.4/1992/26 (22 nov. 1994).
- _____. Report of the Special Rapporteur on Violence against Women, its Causes and Consequences. Doc. E/ CN.4/1995/42 (22 nov. 1994).
- _____. Report of the Special Rapporteur on Violence against Women, its Causes and Consequences. Doc. E/ CN.4/2002/83 (11 feb. 2002).
- WOLFF, Cristina Scheibe. Le genre dans la guérilla: jeux de genre dans la lutte armée au Brésil des années 1960-1970. In: BERGÉRE, Marc; CAPDEVILA, Luc. (Dirs.). *Genre et événement. Du masculin et du féminin en histoire des crises et des conflits*. Rennes-France, Presses Universitaires de Rennes, 2006, pp.119-136.